

## ESPAÇO E REGIÃO, REGIÃO NO ESPAÇO\*

Celso Antonio da Fonseca ROSAS\*\*

**Resumo:** A região vem sendo estudada por diversos autores em diferentes momentos, com abordagens diferenciadas. Compreender sua formação e sua diversidade é imprescindível para o conhecimento do geógrafo, sendo de extrema relevância a discussão teórica sobre esta realidade. Discussões sobre sua estrutura vão refletir-se no local, e não criá-lo.

**Palavras-chave:** Região; Espaço; Formação Social; Novas Territorialidades; Diversidade; Formação do Espaço.

**Resumen:** La región ha sido estudiada por diversos autores en diferentes momentos, con enfoques diferenciados. Analizar su formación y su diversidad es imprescindible para el conocimiento del geógrafo, siendo de extrema relevancia la discusión teórica de esta realidad. Las discusiones sobre su estructura se van a reflejar en lo local, y no crearlo.

**Palabras llave:** Región; Espacio; Formación Social; Nuevas Territorialidades; Diversidad; Formación del Espacio.

*"O concreto pensado não é o concreto real caótico inicialmente captado pela intuição e pela representação, mas a unidade do diverso, a sistematização de múltiplas abstrações unilaterais previamente refinadas e elaboradas a partir da intuição empírica."* (Gorender, 1982, p. XII)

### INTRODUÇÃO

O presente texto é um exercício visando uma contribuição na discussão do conceito de região, que se faz presente durante todo o processo de evolução do pensamento geográfico, transformando-se e reorganizando-se conforme as diferentes ideologias e concepções de cada época e de cada local. Essa discussão não poderia ser realizada sem a presença de elementos que incidem na sua compreensão, tal como o "espaço", que está diretamente relacionado ao bojo dos acontecimentos relacionados à região, dentre outras categorias de análise.

Far-se-á um breve arrolamento do conceito durante o processo de evolução e formação do pensamento geográfico, uma vez que é de extrema importância a identificação dos respectivos significados durante sua formação, para melhor compreensão na atualidade. Seguida, dentre os diversos autores contemporâneos que tratam da temática, procurar-se-á compreender a concepção de cada um pelo conceito.

Como se poderá então identificar os pressupostos para se pensar uma região em diferentes momentos? Primeiramente, a questão é como o homem se coloca ante à natureza; e a

\* Este texto é resultado de reflexões e discussões realizadas na disciplina "Espaço, Região e Regionalização", ministrada pelo professor Dr. Dalton Aureo Moro, no curso de Mestrado em Geografia da F.C.T./UNESP de Presidente Prudente - SP. (2000)  
\*\* Aluno do curso de Pós-Graduação, nível de Mestrado em Geografia da F.C.T./UNESP de Presidente Prudente - SP, bolsista

## ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE AS ORIGENS DO PENSAMENTO GEOGRÁFICO<sup>4</sup>

### Geografia na Antigüidade

O processo de evolução da humanidade, de acordo com as necessidades e descobertas dessa civilização, trouxe avanços significativos ao longo do tempo para seu legado, trazendo inovações que são aceitas até na atualidade. Toma-se como exemplo a divisão do zodíaco em 12 signos e a circunferência em 360 graus pelos babilônios. E os egípcios, vivendo às margens do rio Nilo, dependendo das variações no nível d'água, desenvolveram o calendário em 365 dias, considerando as estações climáticas, permitindo uma melhor utilização das sazonalidades fluviais.

Dessa maneira, fica inegável a importância de se compreender a evolução do pensamento geográfico, para melhor se estruturar a dinâmica e o processo evolutivo da sociedade.

Os sumerianos deixaram, nos anos 2700 a.C., a primeira representação cartográfica (sabendo que esta deve ser avaliada de acordo com o contexto da época), representando suas terras em um todo imaginário.

Os fenícios (povo mediterrâneo), no 1º milênio a.C., aventuravam-se pelos mares, desenvolvendo o comércio e amplificando o horizonte da região mediterrânea. Aos gregos pode-se atribuir a primeira regionalização, por ser concebida com algum método, baseando-se no conhecimento marítimo, reconhecendo o litoral mediterrâneo e penetrando no interior da Europa e da Ásia, aprofundando o conhecimento dos lugares, descrevendo mais ordenadamente e sistematicamente, por diversas vezes, a comparação entre eles.

Os gregos da escola jônica de Filosofia<sup>5</sup> podem ser considerados como os primeiros regionalistas, pois construíram uma explicação do Universo e as diferenciações do mundo pelas diferenças climáticas e das marés. Em Mileto (Grécia), Anaximandro e Hecateu conceberam o primeiro mapa-múndi, entre 610 e 546 a.C., fazendo a primeira representação de regionalização da Terra numa carta.

Já Pitágoras, discípulo de Tales, recriou sua própria escola, concebendo a Terra como parte do Cosmos, e imóvel, apenas com o movimento de rotação, considerando-a como plana. Dividiu o mundo em zonas climáticas: uma zona tórrida, temperada, tropical e duas zonas habitadas em Xenófanes de Cólofon.

Aristóteles demonstrou, durante um eclipse, que a sombra projetada da Terra é arredondada, dividindo a Terra em duas regiões, o ecúmeno (habitado pelo homem) e o órceno (não habitado pelo homem)<sup>6</sup>.

Alexandre Magno, no século IV a.C., comandou diversas viagens ao interior da Ásia, chegando, posteriormente, Alexandria, ao norte da África, que possuía a maior biblioteca da Antigüidade até o século II a.C.. Vale ressaltar ainda que o conhecimento científico nesse período foi usado como instrumento de poder e fonte de crescimento econômico.

Eratóstenes, diretor da biblioteca de Alexandria, que viveu por volta de 275 a 194 a.C., calculou a circunferência da Terra em 42.000 Km (medida próxima à correta), construindo o primeiro mapa-múndi com coordenadas geográficas (N, S, L, O). Suas idéias foram estudadas e

<sup>4</sup> Para um melhor detalhamento do processo de construção do pensamento geográfico, ver Lencioni (1999), Moraes (1986), Lencioni (1993), entre outros. Não nos cabe aqui, fazer uma análise metódica do processo de construção do pensamento geográfico. Temos a compreensão de que todos esses assuntos foram tratados com extrema destreza por diversos pesquisadores, citados aqui, ficando aqui, apenas uma visão geral do que foi por eles elaborado.

<sup>5</sup> Os filósofos naturalistas (física, matemática, geometria), que possuíam grande preocupação com as formas, com a dimensão, com a posição e posição da terra como um astro, seu pensamento era dividido entre a escola Jônica (Mileto), escola de Pitágoras e a escola de Alexandria (Alexandre Magno) e os independentes, que não pertenciam a nenhuma das correntes mencionadas.

<sup>6</sup> Um importante seguidor da escola de Pitágoras foi Platão, que escreveu sobre a cidade de Atlântida.

desenvolvidas, posteriormente, por Estrabão, considerado o maior difusor das idéias gregas do período.

Heródoto, que não pertencia a nenhuma escola grega, por volta de 484 a.C. desenvolveu os mapas-múndi a partir de suas viagens, além de teorias sobre as influências que o homem exerce sobre o meio ambiente (conhecido como determinismo geográfico)<sup>7</sup>.

*“Se no pensamento clássico grego convivem uma geografia descritiva que se aproxima da história e uma geografia matemática próxima da astronomia e da geometria, tudo leva a crer que a dicotomia sociedade-natureza se encontra na própria filosofia grega, com ela que se dá a passagem da cultura primitiva (...) em direção à cultura racionalista que parece ser fruto das novas relações sociais advindas do surgimento das primeiras cidades.” (Pereira, 1999, p. 69-70)*

Com a erupção do vulcão Vesúvio em 79 a.C., que destruiu em cerca de duas horas as cidades italianas de Pompéia e Herculano, Ptolomeu viu-se instigado a investigar fenômenos geográficos. Os principais objetivos alcançados por ele foram o de fixar as linhas do meridiano, desenvolvendo com precisão a localização dos lugares, considerando graus e minutos, além de afirmar que haveria uma interligação entre todos os mares do mundo. O conhecimento se ainda nesse período, que as condições do meio vieram instigar vários estudiosos a descobrir a realidade cientificamente (característica daquele período), deixando transparecer as condições de determinação, mas de influência que o meio apresentava àquelas sociedades. refletindo esse pensamento.

No transcorrer do apogeu grego para o romano, iniciado no século II a.C., iniciou-se um período de declínio do conhecimento científico na Grécia. Este, acabou sendo possuído pelos romanos, como o conhecimento dos lugares, utilizado como instrumento de dominação e poder imperial, com a finalidade da conquista.

Estrabão, o maior difusor das idéias de Eratóstenes, que as aperfeiçoou, viveu entre 64 a.C. a 25 d.C., e escreveu a obra “Geografia” em 17 volumes. Esta pode ser considerada como o marco inicial da Geografia Regional, pois caracterizava cada região com as especificidades de suas diferentes civilizações.

## 1.2 A Geografia na Idade Média<sup>8</sup> e na Idade Moderna<sup>9</sup>

Os árabes difundiram o islamismo entre os séculos VI e XII, avançando desde o extremo Ocidente até o Oriente, aumentando seu conhecimento geográfico e difundindo a peregrinação (mobilidade populacional), tendo como mapa as estrelas.

Um dos maiores geógrafos árabes viveu por volta de 1100, chamava-se Al-Idrisi e produziu descrições de suas viagens pela Ásia, África e Europa, descrevendo regiões, populações, mares, cidades e costumes. Porém, os conhecimentos árabes pouco se difundiram no mundo cristão, devido ao próprio caráter ideológico cristão, que desconsiderava tais conhecimentos.

*“Cristianizar ou islamizar eram objetivos inseparáveis da expansão territorial. A formação de reinos e impérios marcava o cenário de uma época.”*

<sup>7</sup> Hipócrates de Coz foi um médico que não pertencia a nenhuma escola grega, e em seu trabalho, relacionou a saúde do homem com o ambiente em que ele vive (um dos primeiros a tratar da “tradição ambiental” na Geografia).

<sup>8</sup> A Geografia nesse período pouco se desenvolveu, ficando muito restrita ao império Bizantino.

<sup>9</sup> Esse período renascentista tem como principais obras a “Cosmografia” de Sebastião de Nünster (1544), e a “Geographia Generalis” de Bernardo Varenius (1650), e era dividido em três grandes campos: o céu, a Terra e o homem.

*Europa Medieval constituída a partir da queda do Império Romano. O embate entre esses dois mundos – cristão e muçulmano – traduziu-se na Reconquista dos povos ibéricos de suas terras dominadas pelos árabes, nas expedições feudais – as cruzadas – que, do século XI ao XIII, lutaram pela dominação da Terra Santa” (Lencioni, 1999, p. 51).*

No período medieval, o conhecimento e a descrição de novos lugares era realizado por viajantes, principalmente no século VI.

Na Idade Média, o mais famoso observador foi Marco Polo, que em 1271 chegou até o império mongol, na cidade de Cambalik, localizada perto da atual Pequim. Pouco se sabe de conhecimento geográfico na Idade Média, devido principalmente à grande força que a religião exercia no período, tendo na Bíblia Sagrada todas as respostas para a realidade da Terra.

Dentre os principais pensadores dessa época, destacaram-se São Tomás de Aquino e Francis Bacon, que criticaram o pensamento dominante e inquestionável de Aristóteles, propondo um método experimental fundado em observações e comparações, permitindo chegar a conclusões universais e generalizações.

Na Itália, no início do século XV, ocorre um renascimento no modo de pensar, que se opôs totalmente à Igreja (Renascimento). Nesse período, Nicolau Copérnico (1473 – 1543) rompeu com a teoria de Ptolomeu e desenvolve uma teoria na qual o Sol é o centro do universo, e não mais a Terra. Porém, essa tese sofreu muita resistência, e 150 anos após sua morte ainda se firmavam as ideias de Ptolomeu. Pode-se destacar ainda, outros grandes pensadores dessa época, como Galileu Galilei e Johannes Kepler, além de Nicolas Machiavel.

Começou, portanto, no final do século XIV, a intensificação das viagens marítimas que foram feitas por navegantes como os italianos e os portugueses, que conheciam todo o mediterrâneo, chegando a vários pontos da costa africana e novas regiões. Tudo isso ocorreu com ajuda do conhecimento da antiguidade clássica (Estrabão, Plínio, Ptolomeu, entre outros), e com o desenvolvimento de vários instrumentos de navegação.

O principal ponto a ser destacado no período de transição do mundo medieval para o moderno é o avanço do comércio e, conseqüentemente, das navegações, ampliando ainda mais o conhecimento geográfico. Houve uma valorização, recuperação e atualização do conhecimento geográfico nessa nova época, fundado em trocas mercantis, ao mesmo tempo em que esse conhecimento serviu como impulsionador da navegação e do desenvolvimento das trocas comerciais, expandindo o capital mercantil.

#### **Geografia na Idade Contemporânea (Revolução Francesa – 1789)**

Foi na Alemanha que o conhecimento geográfico apareceu como disciplina, entre 1756 inaugurada por Emmanuel Kant, denominada Geografia Física. Dele vem a idéia do conhecimento da Geografia ser o espaço. Procurava estudar a Geografia Física numa visão de unidade, para entender a unidade na diversidade.

Com a Revolução Industrial, ocorre uma intensa demanda por matérias-primas, e as descobertas de se obter novos recursos naturais para expansão dos mercados. Nesse momento, os estudos sobre os lugares ganham maior repercussão, tanto para os cientistas e viajantes, como para os governantes, pelo interesse do poder político e econômico dos países dominantes. “Os interesses hegemônicos deveriam estar garantidos não apenas pelo domínio dos povos conquistados, mas também, no âmbito interno das nações dominantes, pela construção ideológica de que aqueles interesses seriam de proveito de todos.” (Lencioni, 1999, p. 74).

Baseado no Idealismo de Rousseau, Emmanuel Kant (1772-1804) propõe um conhecimento com os limites da razão, baseados no conceito de espaço. Dizia que não se poderia conhecer o homem sem conhecer o meio em que este vivia, atrelando uma relação entre a

história dos homens com o meio. O espaço era considerado como condição (que também são objetos da natureza) e do homem, não podendo estes ser considerados o espaço. O espaço geográfico vem acompanhado da idéia de região que o espaço deveria ser agregado num todo sistemático.

*“Chegamos aqui ao núcleo da teoria da geografia de Kant, a separação entre ciências especulativas e ciências pragmáticas (ou seja, entre ciência e experiência) e em segundo lugar, entre antropologia e geografia (ou seja, entre história e natureza (ou seja, entre liberdade e necessidade). (...) A concepção também a concepção neokantiana das ciências revelou-se incapaz de superar o dualismo da geografia e seu perene oscilar entre determinismo e finalismo.” (Quaini, 1979, p. 28)<sup>10</sup>*

No período de gestão do iluminismo francês (1724 – 1804), o homem descobre a si mesmo, sem relação com a natureza. Dentre as diferentes ciências sistemáticas, como sendo formuladas para estudá-las em si mesmo, sem relação com a natureza. A História tinha como pressuposto estudar os fatos associados ao tempo, enquanto a Geografia estudaria os fatos associados ao espaço.

Augusto Comte (1789-1857) propôs uma filosofia denominada positivismo, considerando-o como a forma de pensamento dominante nas ciências. O positivismo é a investigação de outra coisa que não seja as relações entre os fatos. Seu principal questionamento está em como os fatos se dão e como se dá a relação entre eles, e não discute seus porquês.

O alemão Friedrich Ratzel<sup>11</sup> (1844-1904), influenciado pela teoria evolucionista de Charles Darwin, considerava que o homem procurava ampliar seu território à custa dos outros, pois as condições naturais condicionavam as formas de vida, tendo um grupo com um território limitado, sempre a premissa de conquistar novos territórios. A visão determinista de Ratzel pressupunha que o homem organizava sua vida pelas condições naturais de onde vivia, permitindo a visão das partes dentro de uma totalidade. A idéia de seleção natural servia como estratégia de dominação territorial alemã perante os “povos inferiores”.

Assim como Ratzel, os principais articuladores e impulsionadores da Geografia foram Alexander von Humboldt (1769-1859) e Carl Ritter (1779-1859), levando a ciência geográfica como um ramo particular do conhecimento que procura relacionar o homem à natureza.

*“(...) Ritter, compartilhava da idéia da Terra como um todo orgânico, em que todas as partes tinham conexão umas com as outras. Como consequência, Humboldt procurou mostrar a conexão entre os fenômenos, distanciando-se daqueles preocupados apenas com arrolamentos e inventários, sem a construção de relações entre os fenômenos. É de Humboldt que está a origem da noção de meio, uma das mais fundamentais do pensamento geográfico. Humboldt entende meio como produto das relações estabelecidas, mas, dado ao amplo desenvolvimento das conexões entre clima e vegetação que desenvolve em sua obra, a idéia de meio acabou se restringindo ao meio físico.” (Lencioni, 1999, p. 89).*

<sup>10</sup> Porém, de acordo com a filosofia de Hegel, a visão é totalmente oposta à Kant. A Geografia se coloca “não como disciplina naturalista mas como uma disciplina histórica, como estudo das possibilidades de vida que o ambiente oferece aos povos localizados nas diversas regiões da terra e como uma das chaves para compreender a história do mundo (...) Hegel supera, de fato, os limites do criticismo kantiano e, em particular, a separação entre natureza e história (entre o homem como ser natural e o homem como sujeito da história)” (Quaini, 1979, p. 28-9).

<sup>11</sup> Ratzel possuía, em sua época, forte vinculação com o projeto imperial alemão, e baseava suas análises na denominada Antropogeografia.

Humboldt construiu uma visão integradora ao estudar as relações entre os fenômenos e sua distribuição no globo, considerando que houvesse um vínculo entre os seres vivos e a natureza inorgânica. Buscava a unidade da natureza por suas características físicas, deixando o estudo em um segundo plano analítico. Segundo Pereira (1999), Humboldt possui o mérito de ter desenvolvido e aplicado dois princípios que fazem da Geografia uma ciência original, que o da unidade, e o da Geografia Geral, entendendo que nenhuma parte do globo poderia ser estudada independentemente de seu conjunto.

*"Humboldt entendia a Geografia como a parte terrestre da ciência do cosmos, isto é, como uma espécie de síntese de todos os conhecimentos relativos à Terra. (...) Caberia ao estudo geográfico: reconhecer a unidade na imensa variedade dos fenômenos (...) Desta forma, a Geografia seria uma disciplina eminentemente sintética, preocupada com a conexão entre os elementos, e buscando, através dessas conexões, a causalidade existente na natureza."* (Moraes, 1986, p. 47-48).

Já Ritter considerava que Deus era a razão suprema, tendo seu pensamento forte influência teológica. Para ele, a Terra era um todo orgânico e considerava que as regiões fossem partes deste organismo, e a análise das partes poderia ajudar na compreensão desse todo, ou seja, buscar as individualidades (regionais) na totalidade. Sua contribuição para a divisão regional baseada em critérios naturais foi primordial, devido à importância dada aos métodos empíricos.

O francês Paul Vidal de La Blache<sup>12</sup> (1845-1918), desenvolvendo uma perspectiva humanista, analisou as possibilidades que o homem tinha diante da vida e do meio. Para ele, o homem depende da natureza para sobreviver, e utiliza-se de sua inteligência para usufruir das possibilidades que esta oferece. Ele incorpora à Geografia o conceito de gênero de vida, que se entende como resultado das influências físicas, históricas e sociais, presentes na relação do homem com o meio.

*"Uma monografia regional deveria, na perspectiva lablachiana, conter uma análise detalhada do meio físico, das formas de ocupação, das atividades humanas e de como o homem se ajusta à natureza. O olhar sobre a natureza deveria conter uma perspectiva histórica na análise da relação homem-meio. Fundamentalmente, a monografia regional deveria estabelecer a integração dos elementos físicos e sociais e acrescentar uma visão sintética da região."* (Lencioni, 1999, p. 105).

O alemão Alfred Hettner (1859-1941) não considerava que o objeto da Geografia fosse apenas a relação entre o homem e o meio, mas sim a diferenciação da superfície terrestre, buscando e interpretando de maneira precisa, ordenada e racional as diferencialidades da superfície da Terra, concebendo-a como uma totalidade. Afirmou ainda que as regiões não existem por si mesmas, mas são recortes provenientes de divisões intelectuais. Deveria se levar em consideração nos estudos regionais, a questão da dinâmica dos processos (tempo) e a do espaço dinâmico, que seriam levantados pelo pesquisador.

O principal seguidor de Hettner foi o americano Richard Hartshorne. Para ele, a Geografia era concebida como uma ciência da natureza e da sociedade. Para ele, não existe um fenômeno geográfico, mas sim fenômenos que possuem uma dimensão espacial, buscando descrever e interpretar o caráter variável da Terra, de cada lugar, como sendo o

<sup>12</sup> Vidal de La Blache o conceito de região foi humanizado, buscando cada vez mais sua individualidade nos dados humanos e sociais, representando um grande fortalecimento da Geografia Humana e da Regional.

mundo do homem. O olhar geográfico deve estar direcionado para a compreensão do mundo não do caráter histórico<sup>13</sup>.

*“As regiões são caracterizadas por sua homogeneidade e por suas características estabelecidas, selecionadas em função de sua relevância para o esclarecimento das diferenças de áreas. Dois tipos de regiões podem ser identificados: a região formal (ou região uniforme), na qual toda a área é homogênea quanto ao fenômeno ou fenômenos considerados, e a região funcional ou nodal, na qual a unidade é conferida pela organização em torno de um nó comum, que pode ser a área-núcleo de um Estado ou uma cidade no centro de uma área de relações comerciais.” (Johnston, 1964, p. 64).*

#### 1.4 A renovação da Geografia

*“Qualquer que seja o ponto de vista a partir do qual se considere a renovação da geografia, sempre se chega a reconhecer que em sua base está uma profunda carência de reflexão epistemológica e que o atraso da geografia em relação às outras ciências humanas e naturais é antes de mais nada um atraso na elaboração e no controle dos próprios instrumentos lógicos. (...) a renovação da filosofia e do desenvolvimento das ciências sociais pode fornecer à geografia contemporânea não poucos ensinamentos, pelos quais, de fato, alguns geógrafos começam a se interessar.” (Quaini, 1979, p. 26).*

A partir da década de 1950, a Geografia tradicional entra em crise, com propostas ultrapassadas, e pela necessidade de se firmar enquanto ciência. Tudo isso, devido ao processo de desenvolvimento do modo de produção capitalista, que havia passado de seu estágio concorrencial para o monopolista. Era necessário estabelecer novos parâmetros de análise que pudessem auxiliar as forças do Estado, pois os lugares tornavam-se mais complexos, com um índice de urbanização desconhecido, além das articulações entre os lugares. O instrumento utilizado pela Geografia Tradicional, portanto, entraria em defasagem e crise, não comportando tais mudanças econômicas, sociais, políticas, entre outras. Outro fator de extrema relevância foi que o próprio fundamento filosófico havia se modificado, sendo a Geografia uma das últimas ciências a possuir como base o positivismo clássico.

Segundo Moraes (1986), a falta de leis ou de outra forma de generalização, foi uma das maiores razões da crise da Geografia Tradicional. Articularam-se dualidades que permaneceram até a atualidade, como Geografia Física e Humana, Regional e Geral, entre outras.

Começam a surgir várias teorias em diferentes correntes, como a do Geógrafo Walter Christaller, desenvolvendo a teoria dos lugares centrais, que não tinha sido entendida na época (década de 1930), pois abria a possibilidade de uma preocupação com os fenômenos sociais e econômicos. Surgiam perspectivas de novos redirecionamentos da Geografia, modificando suas perspectivas e seus interesses, pois até então pode-se dizer que essa ciência era usada em função de algumas minorias controladoras do poder, tendo em vista sua hegemonia, tentando explicá-la ideologicamente, servindo como excelente estratégia de dominação.

A grande maioria dos pensadores não estava preparada para tal mudança, pois necessitaria de uma (re)articulação no teor de análise da ciência, dizendo ser impossível que se transformasse a Geografia tão drasticamente. Porém, esse movimento de mudança ganhou forças, direcionando-se para a economia, a sociologia, a etnologia ou a psicologia, mas com uma

<sup>13</sup> O método regional de Hartshorne compreende a área como produto das relações múltiplas de fenômenos heterogêneos numa perspectiva de síntese.

aceitação do uso da estatística. Nesse contexto surge mais um período de renovação da Geografia mais explicitamente com a publicação do artigo de Peter Gould, utilizando o termo "New Geography, where the moment is". A expressão "Nova Geografia" enquadra as novas concepções de métodos e metodologias, assim como a óptica e teorias que abordavam a

Em meados dos anos 1960, surge dentro da Nova Geografia, a Geografia quantitativa, positivismo no Brasil, emergindo e fortalecendo instituições como o IBGE. Surge a expectativa da Geografia dar suporte as outras ciências humanas e sociais, confirmando suas relações com as ciências do meio. A Nova Geografia toma como base os pressupostos teóricos e metodológicos, tendo como objetivo o rompimento com a Geografia tradicional ou clássica, porém, não conseguindo totalmente essa superação.

A região é vista, dentro desse movimento de renovação da Geografia, como uma classe sendo organizada espacialmente. Pode-se conceituá-la como um conjunto de lugares com diferenças internas entre esses sejam menor que as existentes entre eles e qualquer outro conjunto de lugares. Criam-se, nessa perspectiva, as regiões homogêneas voltadas para o aspecto econômico, e são definidas por similaridade ou diferenças, sendo o uso da estatística. F. Perroux<sup>14</sup> define, dentro desta corrente, três tipos de região, a Polarizada, a Polarizada e a Homogênea, que expressa a organização do espaço segundo a natureza da produção.

*"O fato, rudimentar mas consistente, é este: o crescimento não surge em toda a parte ao mesmo tempo; manifesta-se com intensidades variáveis, em pontos ou pólos de crescimento; propaga-se, segundo vias diferentes e com efeitos finais variáveis, no conjunto da economia."* (Perroux, 1975, p. 100).

Outra vertente que surge dentro da proposta de renovação do pensamento geográfico, é a Geografia Crítica,<sup>15</sup> que embarca numa ruptura com os pensamentos anteriores, seja da Geografia Tradicional ou da Geografia Pragmática (Nova Geografia).

Essa corrente teórica da Geografia procura sempre ir além de um pensamento geográfico tradicional, buscando as suas raízes sociais, criticando a despolitização ideológica do pensamento geográfico. O apontamento para relações entre a Geografia e a superestrutura da sociedade de classe, numa sociedade capitalista, é um dos principais apontamentos realizados por esta corrente, desvendando as máscaras sociais aí contidas (Moreira, 1992).

Yves Lacoste (1997) distinguiu a Geografia em dois planos principais, a "Geografia dos Estados-Maiores" e a "Geografia dos professores". A primeira sempre teve relação com a prática geográfica, seja ela do Estado, das grandes empresas, dos planejadores, entre os diversos níveis de atuação deste instrumento, pois *"em numerosos Estados, a geografia é claramente percebida como um saber estratégico e os mapas, assim como a documentação estatística, que dá uma representação precisa do país, são reservados à minoria dirigente"* (Lacoste, 1997, p. 37).

Por outro lado, existe a "Geografia dos professores", que serve para mascarar a

*"A Geografia dos professores funciona, até certo ponto, como uma tela de fumaça que permite dissimular, aos olhos de todos, a eficácia das estratégias políticas, militares, mas também estratégias econômicas e sociais que uma outra geografia permite a alguns elaborar. A diferença fundamental entre essa geografia dos estados-maiores e a dos professores*

<sup>14</sup> Perroux admite que os três tipos de região são consequência de três tipos de conceitos econômicos de espaço, encarando o espaço econômico como conteúdo de um plano; o espaço econômico como um campo de forças; e o espaço econômico como um espaço homogêneo.

<sup>15</sup> A Geografia Crítica (radical, liberal, ativa) divide-se em duas principais vertentes, a Geografia Humanística (Idealista, Fenomenalista) e a Geografia Marxista (Materialismo Histórico e Dialético).



*não consiste na gama dos elementos do conhecimento que elas possuem, mas com a diferença fundamental de que eles [os oficiais] sabem para que podem servir esses elementos do conhecimento, enquanto os alunos e seus professores não fazem qualquer idéia.*" (Lacoste, 1979, p. 33).

A Geografia crítica tem suas raízes na ala mais progressista da Geografia francesa, com a figura de Jean Dresch no seio desse movimento. Essa corrente traz a região como produto histórico, e sua valorização como objeto da Geografia, aproximando-a da história e da economia.

O livro "Geografia Ativa", de P. George, Y. Lacoste, B. Kayser e R. Guglielminotti, representa toda uma geração de geógrafos, que se vincularam à Geografia crítica, tratando de regiões, mostrando não apenas suas formas e funcionalidades, mas as contradições contidas em sua essência. O espaço era, portanto, a base da vida social e sua organização, reflexo da atividade econômica.

Outra grande influência que receberam aqueles que fazem parte dessa corrente, chegando a diferenciar-se dela, foi de Karl Marx. *"A temática do marxismo e a da região cruzam-se aqui e ali, formando-se em consequência uma idéia generalizada de que o marxismo é a nova base filosófica e política-ideológica da Geografia renovada.*" (Moreira, 1992, p. 10). Essa idéia generalizada é, porém, falsa, pois poucos pensadores conheciam Marx e interessava-se, primeiramente, pela natureza como um momento da práxis humana, pois essa natureza em si mesma, não significa nada para o homem.

*"O materialismo histórico constitui-se, portanto, como anti-filosofia, pois não busca a resolução dos problemas especulativos em fatos empíricos, como resolve a filosofia da história e a filosofia da natureza na história humana. Ele instaura uma nova relação entre natureza e homem, justamente porque evita cair no monismo espiritualista de Hegel e no monismo naturalista do materialismo fisicalista ou do positivismo determinista, que se seguiram, coloca-se num plano decididamente humanista e integralmente historicista e, enquanto tal, não perde de vista nem a 'historicidade da natureza' nem a 'naturalidade da história'.*" (Quaini, 1979, p. 43).

Marx observa ainda que somente na base da produção capitalista a mercadoria pode ser generalizada e o valor de uso ser universalmente mediado pelo valor de troca. Para o modo de produção capitalista, o essencial é que *"como as forças produtivas do trabalho historicamente desenvolvidas, isto é, sociais, assim também as forças produtivas naturais do trabalho apresentam-se como forças produtivas do capital ao qual o trabalho é incorporado.*" (Marx, 1979, Capitale, I, 2, p. 299 apud Quaini, 1979, p. 79).

Diante de uma vasta e riquíssima amplitude de conceitos, Marx contribuiu para o entendimento da realidade baseado na divisão social (e territorial) do trabalho no modo de produção capitalista. Seria exaustivo aqui, realizar um entendimento mais complexo de sua contribuição, portanto, apenas sua citação e contribuição à Geografia, principalmente a contemporânea.

*"Esta concepção da história consiste, pois, em expor o processo real de produção, partindo da produção material da vida imediata; e em concebê-la na forma de intercâmbio conectada a este modo de produção e por ele engendrada (ou seja, a sociedade civil em suas diferentes fases) como o fundamento de toda a história, apresentando-a em sua ação enquanto tal.*" (Marx, 1979, Capitale, I, 2, p. 299 apud Quaini, 1979, p. 79).

*Estado e explicando a partir dela o conjunto dos diversos produtos teóricos e formas de consciência – religião, filosofia, moral etc. – assim como em seguir seu processo de nascimento a partir desses produtos; o que permite então, naturalmente, expor a coisa em sua totalidade (e também, por isso mesmo, examinar a ação recíproca entre estes diferentes aspectos).” (Marx, 1996, p.55).*

A perspectiva de Marx é produzir um saber objetivo e racional, “objetivo, pois baseia-se na observação do real/histórico; racional, pois é guiado por demonstrações e métodos lógicos, rigorosas e necessárias.” (Gomes, 1996, p. 281).

Seu plano teórico baseia-se no movimento geral do sistema social, embasando-se na dinâmica do modo de produção de capital, na composição orgânica do capital, nos rendimentos decrescentes, na luta de classes diferencial, entre outros, e através dessa análise, é possível avaliar modelos abstratos e concretos. As regras que determinam o tipo de relação de produção frente ao movimento das forças produtivas dão sustentação ao materialismo-histórico, definindo o modo de produção, e sendo, ao mesmo tempo, causa da transformação dialética, como discute Gomes (1996).

A dialética é a negação da “dedução lógica”, pois sua análise parte da realidade para o pensamento, e deste, novamente voltando à realidade, como concreto pensado, não podendo ser considerado um “modelo abstrato”.

#### REFLEXÕES SOBRE O CONCEITO DE REGIÃO NA ATUALIDADE<sup>16</sup>

Procuraremos, neste capítulo, analisar alguns autores que trabalham, direta ou indiretamente, o conceito de região na atualidade. Não é objetivo, porém, de se haver em análises detalhadas sobre cada um, mas sim propor um esboço sobre a perspectiva de seus pensamentos.

Sendo os autores Lipietz (1988) e Oliveira (1977), apoiados numa mesma postura metodológica: o materialismo histórico, observa-se suas conceituações acerca da “região”, assim como as explicações de Goldenstein & Seabra (1980) sobre estes autores.

Para Oliveira (1977), a região econômico-política é um dado da realidade objetiva das relações econômico-sociais nacionais, sendo resultado da divisão territorial do trabalho (capitalista), subordinado ao capital internacional, e tem a regionalização como produto do desenvolvimento desigual interno e os conflitos sociais nas diversas partes (regiões). Para dar seguimento a essa hegemonia do capital, as classes dominantes “fecham” o território à produção de outras formas de produção, através da dominação política.

Estabelece ligações com outras “regiões” e se reproduz sob os esquemas da reprodução ampliada do capital. São “regiões” constituídas dentro de uma formação econômico-social determinada pelo modo-de-produção capitalista. A extensão da etapa monopolística (Estadonacional) do capital a todos os ramos e setores de atividade econômica leva ao desaparecimento da “região”.

*“privilegia-se aqui um conceito de região que se fundamenta na especificidade da reprodução do capital, nas formas que o processo de acumulação assume, na estrutura de classes peculiar a essas formas e, portanto, também nas formas da luta de classes e do conflito social em escala mais geral.” (Oliveira, 1977, p. 27).*

<sup>16</sup> Foi analisado neste capítulo o conceito de região tratado por diversos autores classificados como críticos, marxistas, pós-marxistas, entre outros. Fica claro que não abordaremos o tema por completo, ou aprofundaremos a discussão acerca de uma perspectiva específica. Fica evidente ainda que, devido à imensa diversidade de autores que tratam do tema, certamente deixaremos de citar nessa discussão alguns importantes nomes e obras.

Baseado no modo de produção capitalista, Oliveira (1977, p. 27) afirma que

*“existe uma tendência para a completa homogeneização da reprodução do capital e de suas formas, sob a égide do processo de concentração e centralização do capital, que acabaria por fazer desaparecer as diferenças no sentido proposto por esta investigação. Tal tendência quase nunca se materializa de forma completa e acabada, pelo próprio fato de que o processo de reprodução do capital é por definição desigual e combinado.”*

A região define-se por uma dimensão espacial das especificidades sociais em uma totalidade espaço-social (articulada sob o modo de produção capitalista). Ela aparece como resultado do desenvolvimento desigual e combinado, caracterizada pela sua inserção na dimensão nacional e internacional do trabalho e pela associação de relações de produção distintas.

Para Lipietz (1988), o espaço sócio-econômico concreto é composto por diferentes instâncias: econômica, política, ideológica, dependendo da relação social considerada. A sociedade recria seu espaço na base de um capital concreto já dado – um capital fixo concretamente herdado do passado. A região aparece como produto das relações interregionais e estas como uma dimensão das relações sociais (riqueza e pobreza), dispostas diferentemente no espaço. É preciso explicar quais mecanismos levam a polarização a adquirir a evidência de uma dimensão espacial empírica.

*“De uma maneira geral, trata-se sempre, no quadro (geral-nacional) de uma escolha de aceleração ou de inibição do processo de integração do capital monopolista (e, portanto, da transformação dos sistemas hegemônicos regionais), de acompanhar a política geral que daí resulta com uma ação regional aceleradora ou compensadora.”* (Lipietz, 1988, p. 100)

A acumulação do capital se dá de forma diversa no(s) centro(s) e na(s) periferia(s) através de mecanismos de intercâmbio desigual dos dois processos, por diferenças funcionais na divisão do trabalho, reproduzindo desigualdades de desenvolvimento entre regiões autônomas (centro) e a periferia.

Para Lipietz, a redivisão territorial do trabalho não é apenas um dado econômico, mas o efeito da reestruturação das relações inter-classes (capital x operariado). A região é a “armadilha” social, produto dessas relações.

Para Goldenstein & Seabra (1980, p. 25)

*“as posições dos dois autores a propósito da natureza da região (na realidade capitalista) e dos processos de regionalização são basicamente as mesmas. São realidades objetivas e complexas (totalidades sintéticas contraditórias), produtos de processos de diferenciação do desenvolvimento dos diversos ramos do modo de produção capitalista em sua dimensão espacial; produtos das repercussões desse desenvolvimento na estrutura social em que há uma especificidade da dominação política que legitima as forças de acumulação do capital face as classes dominadas e face as dimensões nacional e internacional de dominação do capital.”*

Apesar da aparente convergência entre as idéias dos autores, podemos especificar algumas divergências.

Para Lipietz (1988), há uma articulação de modos de produção sob a dominação do modo de produção capitalista; e para Oliveira (1977), existe uma articulação hierarquizada de modos específicos de reprodução do capital (região).

Sobre o impacto da penetração do capitalismo monopolista, Oliveira (1977) diz que a hegemonia do capital monopolista sobre o território nacional, há uma tendência ao desaparecimento das "regiões", como nos EUA, e esse desaparecimento é um dado conteúdo na realidade, provocando a uniformização da forma dominante de reprodução nos ramos e no território; e Lipietz (1988) afirma que os processos de desenvolvimento desigual são produzidos pela acumulação monopolística, com uma evolução permanente no modo de produzir e consumir, e também na organização do espaço, de forma desigual, já que existe a periferia nacional e internacional).

Outro autor que discute o tema é Randolph (1989), que tem sua análise baseada em Lipietz (1988) e Duarte (1988). Propõe a análise da região como uma totalidade social em si mesma.

*"Esta postura implica em que não se terá para análise um espaço concreto pré-delimitado como região, isto é, o universo regional como pesquisa, mas um território que é uma realidade objetiva que será analisada segundo o conceito da totalidade e identificar-se-á, nele, uma região ou não. (...) A região, cuja identificação é resultado e não pressuposto da investigação, só pode ser reconhecida dentro de um território pré-determinado como realidade social concreta."* (Randolph, 1989, p. 20).

Os pressupostos do autor são de que numa sociedade ou formação social existam processos diferenciados, tanto entre as classes sociais e a economia, como no próprio segmento da classe dominante, e entre estas classes em diferentes espaços geográficos e, portanto, diferenças entre os espaços. A possibilidade de conferir especificidade espacial às contradições de uma formação social tem origem na reprodução do capital. Pode-se subentender que o regionalismo "cria" as regiões, e as diferenças criam o regionalismo, que apesar de conter forte subjetividade, "ele precisaria ser repensado como prática política. O regionalismo expressa uma postura de reivindicações da sociedade e um movimento de tomada de atitudes de independências em determinados territórios." (Randolph, 1989, p. 20).

Tomando cuidados ainda mais relevantes, tem-se uma "organização territorial" com uma certa lógica social, e assim sendo, os processos sociais tem a capacidade de constituir uma "totalidade social", e que esses processos criassem as condições para a reprodução de uma realidade dada, sendo denominada de "regionalização" de determinado conjunto de processos sociais.

Para Bourdieu (2000), as regiões podem ser classificadas conforme o investigador estabelece. "Cada um está de acordo em notar que as <regiões> delimitadas em termos de diferentes critérios concebíveis (língua, habitat, tamanho da terra, etc.) nunca coincidem perfeitamente." (Bourdieu, 2000, p. 115). Para o autor, o discurso regionalista é normativo, visando impor como legítima novas definições para as fronteiras e fazer reconhecer a região assim delimitada.

Se a região não existisse como espaço estigmatizado, como província econômica e social, pela privação do capital (material simbólico) que o capital concentra, não seria necessária a reivindicação de sua existência enquanto região, isto porque

*"existe como unidade negativamente definida pela dominação simbólica e econômica que alguns dos que nela participam podem ser levados a lutar"*

Para uma melhor compreensão sobre regionalização e regionalismo, o autor faz uma análise pautada no conceito de totalidade de Habermas.

(...) para alterarem a sua definição, para inverterem o sentido e o valor das características estigmatizadas, e que a revolta contra a dominação em todos os seus aspectos – até mesmo económicos – assume a forma de reivindicação regionalista." (Bourdieu, 2000, p. 126-127).

Para explicar ainda mais sua concepção, Bourdieu (2000, p. 119) afirma que

*"Toda a tomada de posição que aspire a <objetividade> acerca da existência atual e potencial, real ou previsível, de uma região, de uma classe ou de uma classe social e, por esse meio, acerca da 'pretensão' que se afirma nas 'representações' <partidárias>, constitui um certificado de 'realismo' ou um veredito de 'utopismo' o qual compete para determinar as possibilidades objetivas que tem esta entidade social de obter acesso à existência."*

Para Castro (1992), a região é um território de ação política, e o regionalismo é uma expressão política da região. Considera a região como um nível de análise do território, numa escala sócio-espacial, com especificidade funcional, definidas nos/pelos processos que condicionam e são condicionados por espaços diferenciados. Uma vez que o espaço é produzido pela sociedade, considera-se que a região é o espaço da sociedade local, interagindo com a sociedade global, porém, possuindo forma diferenciada. A região é a expressão das diferenciações da produção do espaço, interagindo e combinando as diferenciações numa fração estruturada do território, possuindo identidade, sendo concreta, observável, delimitável, além de dinâmica e historicamente construída, interagindo com o todo territorial.

Castro (1992) observa ainda a importância de se conceber a região como espaço concreto, tendo em vista torná-la objeto de pesquisa específico. A região é o "espaço onde se dá a produção das relações sociais mais imediatas e da identidade cultural." (1992, p. 33)

Por ser a região uma estrutura extremamente complexa, ocorre o seguinte questionamento:

*"Mas como delimitá-la? O espaço geográfico incorpora as complexas relações entre a natureza e das sociedades, não há cortes bruscos em seu interior. As diferenças vão se delineando progressivamente. Esta é então uma delimitação sem solução empírica. (...) a delimitação da região jamais pode ser rígida, pela própria dinâmica do espaço e pela dificuldade de se apreender linearmente sua complexidade."* (Castro, 1992, p. 33).

Nesse momento analítico, são caracterizadas as regiões como formas de organização política.

*"As 'regiões políticas', delineadas por interesse político administrativo, não são significativas de um tipo específico de identidade territorial. São importantes por revelar condições e situações particulares de interação entre espaço e política, num plano mais geral, e relações entre o poder central e território, num plano mais restrito. (...) o desenho do território político não é casual; deriva da arbitragem das alianças e dos interesses das elites das diferentes regiões de vivência que compõem a região política. (...) Queremos, portanto, sugerir que as regiões políticas, definidas pelo poder de decisões de um poder centralizado, possuem um significado próprio."*

*articulam novas escalas territoriais de relações sociais.*" (Castro, 1992, p. 34-35).

Neste caso, a região, além de forma concreta, é uma forma de representação ideológica. Ela faz parte da consciência social, e está num espaço de disputas e de poder. Essa representação é criada pela classe dominante que, ideologicamente usufrui um conjunto de idéias e conceitos para conduzir seus ideários e, dessa forma, constitui-se como uma dimensão do regionalismo, manifestando-se como consciência social.

O regionalismo é, portanto, um conceito político, diretamente vinculado aos interesses regionais, podendo ser analisado por diversos prismas, justamente por representar interesses diversos.

Outra autora que faz uma análise regional, priorizando as alterações de natureza econômica é Carleial (1993), que argumenta que *"o processo de integração nacional tem sido responsável por uma perda gradativa de autonomia regional. No entanto, isto não significa de modo algum a eliminação das regiões."* (Carleial, 1993, p. 42).

A autora embasa suas análises no contexto de integração econômica nacional, onde as especificidades em um espaço têm reflexo em outro, e considerando que há espaços dominantes e subordinados, devido a própria lógica do desenvolvimento do capital, e considera que há necessidade de se conhecer as especificidades em cada espaço, baseados na divisão social do trabalho.

Defende a imbricação dos conceitos de espaço e região, e o que é visível em nível do movimento concreto do capital são as regiões, e sua suposição básica é que as diferenças entre as regiões se estabelecem em função da conformação da divisão social do trabalho característica de cada região. *"A espacialização da divisão social do trabalho e, por conseguinte, o movimento do capital no espaço define região."* (Carleial, 1993, p. 47).

Para a conceitualização de região, é necessário que se compreenda e incorpore suas relações internas, com outras regiões e com o todo (que pode ser considerado, dependendo do nível de análise, um país ou o mundo). Dessa forma, as relações que definem uma região podem ir além dela, contidas em seu exterior, como exemplo, os espaços dedicados à produção de café no Brasil, conforme explicita a autora.

Mas, para se compreender melhor em nível do empírico a região, pode-se priorizar um conjunto de alguns elementos construídos espacialmente, capazes de revelar sua face através das distintas regionalizações. Contraopondo a análise de Oliveira (1977), o movimento do capital concentrador e mediador de diferenças, garantem a heterogeneidade espacial.

Outro ponto relevante a se esclarecer, é que, baseando-se em Markusen (1981), a autora afirma que a região é fetichizada, pois tem como consequência as práticas regionalistas, que quase sempre serviram para as elites se apropriarem do Estado e dirigirem suas ações de acordo com seus interesses. Criticando a proposta de Markusen (1981 e 1987), do ponto de vista teórico, de que a região só exista como reflexo dos regionalismos, identifica que o

*"regionalismo é uma reivindicação política de um grupo de pessoas identificado territorialmente contra um ou muitos mecanismos do Estado. A prática desse regionalismo pressupõe informação e conhecimento da realidade e dos problemas inerentes a essa base territorial."* (Carleial, 1993, p. 54).

A autora coloca ainda algumas dificuldades e acomodações, pois o uso de informações coletadas e concedidas pelo IBGE tem sido parcialmente responsável pela quase inexistência de discussão pelo tema (heranças da Geografia Quantitativa).

Para Corrêa (1991), devem ser considerados dois principais pontos acerca do conceito de região: primeiramente, *"achamos que a região deve ser vista como um conceito*

intelectualmente produzido." (p. 22). Partindo da realidade, deve-se elaborar, criticamente, a gênese, seu processo de evolução e o significado do objeto em determinado aspecto.

O segundo ponto a ser destacado por Corrêa (1991), é de que "todos os conceitos de região podem ser utilizados pelos geógrafos." (p. 23). O autor coloca que todos os conceitos são meios para se conhecer a realidade, numa parte ou num aspecto totalizante, mas é necessário explicar claramente os objetivos e objetos, para que "tenhamos um quadro territorial adequado aos nossos propósitos." (p. 23).

Para Santos (1985), a região é "o locus de determinadas funções da sociedade em um momento dado." (1985, p. 66). Mas, para se considerar as novas (re)criações num determinado espaço, é necessário identificar os fenômenos que o criaram no passado, criando na área, instrumentos de trabalho fixos, ligados às diversas esferas do processo produtivo, que estão ligados às necessidades e exigências de trabalho e produção.

*"A cada momento histórico, pois, o que se convencionou chamar de região é, isto é, um subespaço do espaço nacional total, aparece como meio de organização para a realização de um certo número de atividades. (...) A região é definida, assim, como o resultado das possibilidades ligadas à presença, nela, de capitais fixos exercendo determinadas funções técnicas e das condições do seu funcionamento econômico" (Santos, 1985, p. 67).*

Tudo isso é dado pela rede de relações dialéticas (políticas, econômicas, geográficas) que envelhecem ao decorrer do tempo, e a transposição de papéis sobre essas relações envelhecidas, precedidas pelas relações sociais, pertencentes à lógica do funcionamento da formação social nacional como um todo.

*"Os 'fixos', que dão a uma área uma configuração espacial particular, são dotados de uma autonomia de existência, mas isso não elimina o fato de que eles não têm uma autonomia de funcionamento. Por isso, a região e os lugares são lugares funcionais do todo." (Santos, 1985, p. 68).*

Quanto mais o espaço torna-se globalizado, as especificidades dos lugares ganham maior expressividade, não podendo considerar as regiões como autônomas.

*"Compreender uma região passa pelo entendimento do funcionamento da economia ao nível mundial e seu rebatimento no território de um país, com a intermediação do Estado, das demais instituições e do conjunto dos agentes da economia, a começar pelos seus atores hegemônicos. Entender uma região significa penetrar num mar de relações, formas, funções, estruturas etc., com seus mais distintos níveis de interação e contradição" (Santos, 1996, p. 46).*

## ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

Tratar do conceito de região requer muita análise em diversos temas da atualidade, assim como do passado, pois sua discussão, como observou-se, advém de períodos anteriores a Cristo, e mesmo que se consiga sua análise, parece impossível resolver tal problemática por completo. Foram tratados aqui, dentre outros, três principais conceitos sobre região. O primeiro diz respeito à região como uma resposta aos processos capitalistas, como uma organização espacial dos processos sociais decorrente do modo de produção capitalista. Nada mais é que

generalização da divisão social do trabalho, do processo de acumulação capitalista, da produção da força de trabalho, além dos processos políticos e ideológicos. Existem ainda, no entanto, autores que argumentam que a região é resultado de práticas específicas de classe, de culturas locais, ou do próprio regionalismo social.<sup>18</sup>

A Segunda corrente diz respeito à região como um conjunto específico de relações sociais entre grupos e lugares específicos, "apropriando-se" daquele espaço, ou (re)criando-se dentro desse mesmo espaço, constituindo sua identidade.<sup>19</sup>

Outra corrente de pensamento analisa a região como um meio de interações sociais, com uma visão política, baseadas no território de dominação da região, no qual são estabelecidas as principais diferenciações de áreas.<sup>20</sup>

Esses apontamentos apresentados distinguem, de maneira positiva que, diferentemente do posicionamento concebido por Oliveira (1977), o mundo não está tornando-se homogêneo, mas ampliado pelo processo de globalização. A diferenciação e as especificidades do lugar, não se resumem ao completo igualitarismo, admitindo assim, um processo de transformação, construção e (des)ordenamento do espaço.

Qual seria, portanto, o espaço da região? Admitindo que, nos diferentes espaços há uma diferenciação na forma como a sociedade o produz e o constrói, tomando forma, criando-se um regionalismo, pode-se evidenciar diferentes produtos de sua construção (ex. não existe a região do café, mas sim, aquela que foi produzida diferenciadamente pelos atores sociais [nas diferentes escalas], caracterizando-a com seu produto de maior relevância econômica).

É impossível enquadrar totalmente uma região em todas as categorias de análise, como econômica, cultural, social, política, diferenciações naturais, entre outros. Porém, pode-se considerar como relevante, a combinação de dois ou mais elementos para análise, como destaca Haggerty. É necessário objetivar o que se quer ao analisá-la ou, procurar os elementos que a caracterizam, ou seja, que a caracterize como uma região proveniente da construção do espaço social, juntamente com o nível a ser abarcado (econômico, político, cultural etc.).

O que não se pode, de maneira alguma, dependendo do aspecto (escala escolhida ou relevância econômica, cultural etc.), é compreendê-la em si mesma, ou seja, sem nenhuma relação com outras regiões. Os limites das regiões são, portanto, flexíveis, dependendo do momento e das relações que se estabelecem nesta, e portanto, não são eternas, podendo ser modificadas pelas relações internas ou externas, desconfigurando os elementos mediadores de sua análise, transformando-se, mas nunca desaparecendo.

A região está materializada no espaço, ou nos diferentes espaços, e tem as especificidades e generalidades comuns a outras regiões, sendo possível seu entendimento somente na diferencialidade da construção do espaço, que na atualidade, evidencia-se como um espaço capitalista.

O processo de migração dos sulinos em direção ao Centro-Oeste do país modificou aquela estrutura, que é diferente internamente, pois trouxe consigo modos de vida diferenciados dos pioneiros daquele local, (re)construindo um espaço de forma diferenciada, evidenciando novos aspectos, produções, culturas etc. Esses, por sua vez, saíram de seu lugar de origem por dois principais motivos: pela necessidade na melhoria de vida (tanto daqueles com condições econômicas inferiores, como os que possuíam um poder aquisitivo mais elevado), ou pela expulsão das cidades representando uma ordem política (social), representado por instâncias oficiais.

Tem-se um exemplo claro de mudança de uma região, na qual os principais atores recriaram algumas características em um lugar diferenciado para eles, passando também, a produzir economicamente com elementos que não eram característicos daquele espaço. A região

<sup>18</sup> Essas definições são apoiadas na teoria marxista, considerando o entendimento de região sob as relações de produção.

<sup>19</sup> Essa abordagem é característica da Geografia humanista e da cultural.

<sup>20</sup> Essa corrente é definida no período pós-1970, como a argumentação de Raffestin.



foi, portanto, construída, e é permanentemente reconstruída no processo social, e não somente no processo intelectual. As conceituações sobre região vão refletir nas regiões reais, e não apenas

#### Referências Bibliográficas

- BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. 3ª ed. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2000.
- CARLEIAL, Liana M. F. A questão regional no Brasil Contemporâneo. In: CARLEIAL, Liana M. F. (org.) **Reestruturação do espaço urbano e regional no Brasil**. São Paulo, Hucitec, 1996.
- CASTRO, Iná Elias de. **O mito da necessidade**. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1992.
- CORRÊA, Roberto Lobato. **Região e organização espacial**. 4ª ed. São Paulo, Ática, 1991.
- GOLDENSTEIN, Léa & SEBRA, Manoel. **Divisão territorial do trabalho e regionalização**. São Paulo, 1980.
- GOMES, Paulo C. C. **Geografia e modernidade**. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1996.
- GORENDER, Jacob. Introdução. In: MARX, Karl. **Para a crítica da economia política**. São Paulo, Abril Cultural, 1982. (Os Economistas).
- IANNI, Octavio. **Teorias da globalização**. Rio de Janeiro, Civilização brasileira, 1996.
- JOHNSTON, Ronald. J. **Geografia e geógrafos: a geografia humana anglo-americana 1945-1986**. São Paulo, Difel, 1986.
- LACOSTE, Yves. **A Geografia – isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra**. Campinas, Papyrus, 1997.
- LEFEBVRE, Henri. **Lógica formal/lógica dialética**. Rio de Janeiro, Civilização brasileira, 1995.
- LENCIONI, Sandra. **Região e Geografia**. São Paulo, EDUSP, 1999.
- LIPIETZ, Alain. **O capital e seu espaço**. São Paulo, Nobel, 1988.
- MARX, Karl. Manuscritos Econômicos e Filosóficos. In: FROMM, Erich. **Conceito Material de Homem**. Rio de Janeiro, Zahar, 1983.
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A Ideologia Alemã**. 10ª ed. São Paulo, Hucitec, 1996.
- MORAES, Antonio C. R. **Geografia: pequena história crítica**. 5ª ed. São Paulo, Hucitec, 1996.
- MOREIRA, Ruy. Assim se passaram dez anos (a renovação da Geografia no Brasil 1978-1988). In: **Caderno Prudentino de Geografia**. AGB, junho de 1992, nº 14.
- OLIVEIRA, Francisco de. **Elegia para uma re(li)gião**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.
- OSEKI, Jorge H. O único e o homogêneo na produção do espaço. In: MARTINS, J. de Souza. **Henri Lefebvre e o retorno à dialética**. São Paulo, Hucitec, 1996.
- PEREIRA, Raquel M. F. A. **Da Geografia que se ensina à gênese da Geografia moderna**. 2ª ed. Florianópolis, UFSC, 1999.
- PERROUX, François. O conceito de pólo de desenvolvimento. In: **Urbanização e regionalização, relações com o desenvolvimento econômico**. Rio de Janeiro, IBGE, 1975.
- QUAINI, Massimo. **Marxismo e Geografia**. 2ª ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979.
- RANDOLPH, Rainer. **Formas de espacialidade da modernização: regionalização e regionalismo**. Rio de Janeiro, PUBLIPUR, 1989. Série relatórios de pesquisa, nº 17.
- SANTOS, Milton. **Espaço e método**. São Paulo, Nobel, 1985.
- SANTOS, Milton. **Metamorfoses do espaço habitado**. 4ª ed. São Paulo, Hucitec, 1996.
- SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: espaço e tempo: razão e emoção**. 3ª ed. São Paulo, Hucitec, 1999.
- SMITH, Neil. **Desenvolvimento Desigual**. Rio de Janeiro, Bertrand, 1988.

segunda se refere à dimensão do mundo que é percebida pelo homem de determinada época e lugar, qual o nível de abstração que este homem tinha do espaço (horizonte) geográfico naquele determinado momento, conforme destaca Lencioni (1999).

Não se pode dizer, no primeiro caso, que a natureza exerça domínio sobre o homem, nem que este exerça influência sobre aquela, devendo entendê-la em permanente transformação. Segundo Marx (1983), o homem é a natureza, utilizando-se desta para sobreviver, não podendo destruí-la, pois estará destruindo a si mesmo<sup>1</sup>. Segundo Oseki (1996), (re)discutindo Lefebvre, o homem, na ação de ocupar, passou a possuir o espaço. Ele produziu um espaço, sendo ao mesmo tempo produzido por ele, isso fez com que o corpo passasse a ser um corpo espacial e, portanto, deste, natural, pois utilizaria a própria natureza para sua sobrevivência. Assim, enquanto organismo vivo só tem sentido e existência por se prolongar, se identificar no espaço, inserindo-se na natureza. “*O que os indivíduos são, portanto, depende das condições materiais de sua produção*” (Marx, 1996, p. 28), que são realizadas no espaço geográfico, sem deixar de considerar suas temporalidades.

No segundo caso, tem-se que compreender e analisar o contexto do pensamento e o enfoque deste em determinada época, para se entender a concepção de região. É necessário, portanto, e principalmente, verificar o contexto no qual está inserido o pensamento, para que não se precipite na análise errônea do conceito, subjugando a identificação conceitual à realidade espacial do local e do momento em que este foi empregado.

Quais seriam então as maneiras mais adequadas de se pensar a “região” na atualidade? Lencioni (1999) propõe pensá-la e analisá-la como sendo um todo ou uma parte<sup>2</sup>. Dessa maneira, tem-se a idéia de divisão e de dimensão (das partes). Essa divisão é discutida por Santos (1996) e estabelece que a soma das partes não engloba o todo, podendo ser maior ou menor que o produto final (a região), conforme suas especificidades. Cada parte é uma parte do todo, e ao mesmo tempo em que o é, em si mesma, um todo enquanto parte. Porém, para o autor, “*Fragmenta-se o espaço e o tempo, o pensado e o pensamento, a realidade e a virtualidade em todo e a parte*”<sup>3</sup> (Ianni, 1996, p. 170). Contudo, Santos (1996, p. 46-7) enfatiza que “*mas os lugares se mundializam, mais se tornam singulares e específicos, isto é, únicos.*”

Segundo Lefebvre (1995), pode-se considerar a totalidade como aberta ou fechada. A idéia de totalidade fechada remete à questão de que o todo é, basicamente, a soma das partes, que matematicamente é comprovável (lógica formal). A totalidade aberta significa que as partes (enquanto partes) possuem características diferentes às do todo, com especificidades e particularidades que não se caracterizam no todo. E as partes (enquanto todo), por serem partes do todo ou uma parte, e desta, um próprio todo, ficam caracterizadas pelas diferenças do todo, ou seja, a parte sendo todo, possui especificidades da própria dinâmica interna, diferenciando-a do todo. *A soma tem, portanto, uma qualidade diferente das partes que a compõe, caracterizando-o mais que uma simples soma das partes, não sendo possível, enquanto unidade analítica, a generalização do todo ou das partes.* (grifo nosso)

Enfim, deve-se pensar em região como sendo produto das (re)produções sociais no espaço, ao mesmo tempo em que este transforma a sociedade, como maneira de expressão de um produto espaço que, através da divisão social do trabalho, foi transformada, construída e remodelada pela produção humana nas diferentes partes, dialeticamente transformando a sociedade.

<sup>1</sup> Há, no marxismo, uma preocupação com a união entre natureza e sociedade, natureza enquanto componente da biologia universal, que pode ser transformada pelo homem através de seu trabalho social, como momento da práxis humana na produção (do espaço) social. Nas sociedades capitalistas é visível a expropriação dos homens através da apropriação da natureza mediante o uso da força de trabalho, tendo início a divisão social do trabalho.

<sup>2</sup> Para se compreender a relação utilizada pela autora, é necessário analisá-la sob o prisma dialético, como um todo ou uma parte em movimento, com relação à outra, constituída de relações sociais que constroem, modificam, estabilizam ou são modificadas (interna ou externamente).

<sup>3</sup> A esse respeito, será discutida posteriormente a idéia de região de autores que possuem uma visão fragmentada da realidade.